

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.771	4.770
Títulos a receber		81	195
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	704	338
Outros tributos compensáveis	6	1.246	685
Estoques	8	1.202	1.202
Outros créditos		55	98
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>8.059</b>	<b>7.288</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros tributos compensáveis	6		930
Tributos diferidos		54	55
		<b>54</b>	<b>985</b>
Imobilizado	10	226	271
		<b>226</b>	<b>271</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>280</b>	<b>1.256</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8.339</b>	<b>8.544</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	80	251
Outros tributos a recolher	6	120	114
Obrigações sociais e trabalhistas	13	750	889
Arrendamentos e aluguéis	9	60	65
Outras contas a pagar		64	71
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.074</b>	<b>1.390</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisões		100	100
Arrendamentos e aluguéis	9		48
Outras contas a pagar		122	
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>222</b>	<b>148</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14.1	7.053	7.053
Reservas de lucros	14.3	90	90
Prejuízos acumulados		(100)	(137)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>7.043</b>	<b>7.006</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>8.339</b>	<b>8.544</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**OM PECÉM**

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Receitas</b>	15	6.149	6.698
<b>Custo</b>	16		
Custo de operação		(5.891)	(6.340)
<b>Lucro bruto</b>		<b>258</b>	<b>358</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	16		
Despesas gerais e administrativas		(833)	(1.065)
		(833)	(1.065)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>(575)</b>	<b>(707)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	17		
Receitas financeiras		629	546
Despesas financeiras		(15)	(24)
		<b>614</b>	<b>523</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>39</b>	<b>(185)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes			4
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2)	43
		<b>(2)</b>	<b>47</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>37</b>	<b>(137)</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	19		
ON		0,00525	(0,01947)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Resultado do exercício</b>	37	(137)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>37</u></u>	<u><u>(137)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.053</b>	<b>835</b>		<b>7.888</b>
Dividendo adicional aprovado - AGO de 29/04/2024		(745)		(745)
Prejuízo do Exercício			(137)	(137)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7.053</b>	<b>90</b>	<b>(137)</b>	<b>7.006</b>

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>7.053</b>	<b>90</b>	<b>(137)</b>	<b>7.006</b>
Lucro Líquido do exercício			37	37
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.053</b>	<b>90</b>	<b>(100)</b>	<b>7.043</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PECÉM OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE GERAÇÃO ELÉTRICA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)

**OM PECÉM**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	39	(185)
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Impostos diferidos	(1)	(55)
Depreciações e amortizações	46	82
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(10)	(83)
	74	(241)
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		
Clientes	(49)	667
Outros tributos compensáveis	(558)	(238)
Outros ativos operacionais	204	(22)
	(403)	407
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	20	146
Outros tributos a recolher	595	574
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(139)	(107)
Outros passivos operacionais	(66)	(129)
	410	484
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>81</b>	<b>650</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17)	(63)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>64</b>	<b>587</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(994)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(63)	(96)
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento</b>	<b>(63)</b>	<b>(1.090)</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>(503)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.771	4.770
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.770	5.273
	<b>1</b>	<b>(503)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Pecém Operação e Manutenção de Unidade de Geração Elétrica S.A. (Companhia ou PO&M) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 2010, com sede no município de São Gonçalo do Amarante no estado do Ceará e controlada em conjunto pela Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. (Porto do Pecém) e ENEVA S.A. (ENEVA). A Companhia tem por objeto social: (a) prestação de serviços de operação e manutenção de unidades de geração elétrica; (b) prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas de carga e descarga de granéis incluindo, sem limitação, sistemas de descarregamento de granéis constituídos de descarregadores e correias transportadoras; (c) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista no Brasil e/ou no exterior; e (d) comércio varejista de partes e peças relacionadas à prestação de serviços relacionados nos itens (a) e (b).

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de abril de 2025. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1.

### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; e Provisões.

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais(R\$), que é a moeda funcional da Empresa e sua controlada, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

### 2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações trata da falta de conversibilidade de moedas, definindo como determinar a taxa de câmbio e exigindo divulgações adicionais quando uma moeda não for conversível.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Controlada	Este CPC tem por objetivo estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos que ainda não estão em vigor

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 e CPC 40 - Divulgação de Instrumentos Financeiros	Baseia-se no modelo de negócios da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser: custo amortizado/Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJOR).	IFRS 9 e 7	Divulgação	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 emitido em abril de 2024 corresponde ao CPC 51. A norma introduz categorias padronizadas na Demonstração do Resultado: Operacional, Investimento, Financiamento, Impostos sobre o lucro e Atividades Descontinuadas. Cria subtotal obrigatório para o "Lucro Operacional" e o "Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos".	IAS 01	Pronunciamento	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgação	O Objetivo da Norma é permitir que subsidiárias elegíveis reduzam as divulgações em demonstrações financeiras (consolidadas, separadas ou individuais) sem comprometer a utilidade para usuários. Simplifica relatórios financeiros, mantendo a conformidade com as normas IFRS.	Diversas IASs	Pronunciamento	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

3.1 Reforma Tributária sobre o consumo

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram a Emenda Constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. A reforma estabelece a substituição gradual da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e, parcialmente, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por novos tributos sobre o consumo.

O novo modelo contempla a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), ambos de competência da União, bem como do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. O período de transição terá início em 2026, considerado fase de testes, com a aplicação de alíquotas de referência para CBS e IBS e a adequação dos documentos fiscais eletrônicos ao novo leiaute. A partir de 2027 está prevista a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, bem como a redução das alíquotas do IPI para a maior parte dos produtos. Entre 2029 e 2032 ocorrerá a transição com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a implementação gradual do IBS. A partir de 2033, está prevista a plena vigência do novo modelo de tributação do consumo.

Até a presente data, os órgãos normativos contábeis no Brasil ainda não emitiram orientações específicas sobre os impactos contábeis decorrentes da reforma. Dessa forma, a Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais efeitos do novo regime sobre suas demonstrações financeiras, incluindo possíveis impactos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, bem como na recuperabilidade de créditos tributários existentes.

Eventuais impactos decorrentes da reforma serão reconhecidos nas demonstrações financeiras à medida que a regulamentação aplicável seja concluída e que seja possível realizar estimativas confiáveis de seus efeitos. A Companhia continuará monitorando a evolução da regulamentação e avaliará eventuais impactos adicionais à medida que novas orientações sejam emitidas pelas autoridades fiscais e órgãos normativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	177	240
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4.594	4.530
Total	4.771	4.770

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.  
As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

## 5 Clientes

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que a totalidade dos seus recebíveis estão relacionados à prestação de serviços perante às suas controladoras em conjunto. Em caso de dificuldades financeiras da Companhia, ambas as controladoras em conjunto poderão fazer aportes de capital. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que tais mostram-se controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 20.2.3.

## 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	338	17	109	-	3	237	704
Total	338	17	109	-	3	237	704
Circulante	338	-	-	-	-	-	338
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outros tributos compensáveis</b>							
PIS e COFINS	322	257	195	-	(457)	486	803
IRRF sobre aplicações financeiras	67	122	-	-	(39)	-	150
IR/CS retidos sobre faturamento	1.227	179	(294)	-	(184)	(635)	293
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.616	558	(99)	-	(680)	(149)	1.246
Circulante	685	-	-	-	-	-	685
Não circulante	930	-	-	-	-	-	930
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	-	58	(58)	-
Total Circulante	-	-	-	-	58	(58)	-
<b>Outros tributos a recolher</b>							
PIS e COFINS	12	699	-	(70)	(627)	-	14
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	9	158	-	(189)	(20)	58	16
Encargos com pessoal	93	964	-	(967)	-	-	90
Total circulante	114	1.821	-	(1.226)	(647)	58	122
Circulante	114	-	-	-	-	-	114
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

## 7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras em conjunto (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamen to	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)
		Circulante		Circulante		Operacionais 2025
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Clientes (Nota 5)</b>						
<b>Serviço de Operação Portuária (a)</b>						
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	Indeterminado	93	-	-	4.092
Pecém II	Controle comum em conjunto	Indeterminado	39	-	-	2.046
Pecém TM	Controle comum em conjunto	Indeterminado	112	195	-	1.030
			244	195	-	7.168
<b>Prestação de serviços -Backoffice (b)</b>						
Porto do Pecém	Controladora em conjunto	01/05/2015 a 30/04/2025	-	-	139	(522)
			-	-	139	(522)
			244	195	-	6.646

(a) **Serviço de Operação Portuária:** O contrato é revisado anualmente, com previsão de vigência indeterminada, e tem por objetivo a prestação de serviços de saúde, segurança operacional e monitoramento dos condicionantes ambientais do transportador dutoviário.

(b) **Prestação de serviços - Backoffice:** O contrato tem por objeto prestações de serviços de atividades acessórias ao negócio como por exemplo, compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral.

## 8 Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Material de almoxarifado	1.202	1.202
	1.202	1.202

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O montante em 31 de dezembro de 2025 refere-se, principalmente, aos materiais utilizados na operação e manutenção da correia transportadora utilizada no transporte de minérios entre o Complexo Portuário do Ceará e as usinas termoeletricas.

## 9 Arrendamentos e aluguéis

	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2025
<b>Circulante</b>					
Veículos	65	(63)	58	-	60
Total Circulante	65	(63)	58	-	60
<b>Não circulante</b>					
Veículos	48	-	(58)	10	-
Total Não circulante	48	-	(58)	10	-
<b>Total</b>	113	(63)	-	10	60

O vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

	Veículos	
	Valor	Taxas (%)
Circulante		
2025	60	13,81
Total	60	

## 10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil dos itens, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### 10.1 Composição do imobilizado

	Taxa média de depreciação %	31/12/2025			31/12/2024			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso (Nota 10.1.1)								
Veículos	25,00	374	(340)	34	25,00	374	(295)	79
Total Ativos de direito de uso		374	(340)	34		374	(295)	79
Imobilizado em curso								
Administração		192	-	192		192	-	192
Total do imobilizado em curso		192	-	192		192	-	192
Total imobilizado		566	(340)	226		566	(295)	271

### 10.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

• **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

### 10.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Depreciações	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em serviço			
Veículos	80	(46)	34
Total Ativos de direito de uso	80	(46)	34
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	20	-	61
Outros	172	-	131
Total do imobilizado em curso	192	-	192
Total do imobilizado	272	(46)	226

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**11 Fornecedores**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços de manutenção.

**12 Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia; (ii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iii) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 37, podendo ser absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores conforme previsto no art. 189 da Lei 6.404/76.

**13 Obrigações sociais e trabalhistas**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Folha de pagamento	659	777
INSS e FGTS	<u>9</u>	<u>11</u>
Total	<u>668</u>	<u>788</u>

**14 Patrimônio líquido****14.1 Capital social**

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 7.053 representado por 7.053.366 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Porto do Pecém	3.526.683	50,00	3.526.683	50,00
ENEVA S.A.	<u>3.526.683</u>	<u>50,00</u>	<u>3.526.683</u>	<u>50,00</u>
Total	<u>7.053.366</u>	<u>100,00</u>	<u>7.053.366</u>	<u>100,00</u>

**14.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido ajustado	37	(137)
	<u>37</u>	<u>(137)</u>

**14.3 Reservas de lucros**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reservas de lucros		
Legal	90	90
Total	<u>90</u>	<u>90</u>

## 15 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base da demonstração financeira em função da sua competência.

	2025	2024
Receitas operacionais	7.168	7.811
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>7.168</b>	<b>7.811</b>
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(663)	(722)
ISS	(356)	(391)
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(1.019)</b>	<b>(1.113)</b>
<b>Receita</b>	<b>6.149</b>	<b>6.698</b>

## 16 Gastos operacionais

	2025			2024		
	Despesas e Receitas operacionais			Despesas e Receitas operacionais		
	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Total	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	Total
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	5.724		5.724	6.250	75	6.325
Material	5		5	3		3
Serviços de terceiros	159	788	947	87	773	860
Depreciação - Ativos de direito de uso		46	46	8	74	82
Arrendamentos e aluguels		(3)	(3)	-	(10)	(10)
Outras	3	2	5	(8)	153	145
<b>Total</b>	<b>5.891</b>	<b>833</b>	<b>6.724</b>	<b>6.340</b>	<b>1.065</b>	<b>7.405</b>

## 17 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	609	489
Juros e multa sobre tributos	6	10	84
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(37)	(27)
Outras receitas financeiras		47	
		<b>629</b>	<b>546</b>
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			
Ajustes a valor presente		(10)	(21)
Outras despesas financeiras		(5)	(2)
		<b>(15)</b>	<b>(23)</b>
		<b>614</b>	<b>523</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	39	(185)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(13)	63
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	11	(16)
Despesa de IRPJ e CSLL	(2)	47
Alíquota efetiva	5%	25%

## 19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	37	(137)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	<u>7.052</u>	<u>7.053</u>
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,0052</u>	<u>(0,01947)</u>

## 20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

### 20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	4.594	4.530	4.594	4.530
			<u>4.594</u>	<u>4.530</u>	<u>4.594</u>	<u>4.530</u>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	177	240	177	240
Clientes	5	Nível 2	81	195	81	195
			<u>258</u>	<u>435</u>	<u>258</u>	<u>435</u>
			<u>4.852</u>	<u>4.965</u>	<u>4.852</u>	<u>4.965</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	11	Nível 2	80	251	80	251
Arrendamentos e aluguéis	9	Nível 2	<u>60</u>	<u>19</u>	<u>60</u>	<u>11</u>
			<u>140</u>	<u>43</u>	<u>140</u>	<u>36</u>

#### 20.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

### 20.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

### 20.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

#### 20.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

### 20.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

#### 20.2.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.594	678	678	169	339	(169)	(339)
Instrumentos financeiros ativos		4.594	678	678	169	339	(169)	(339)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia.

### 20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025				31/12/2024	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	80				80	251
Arrendamentos e aluguéis	5	11	44		60	113
	85	11	44	-	140	364

### 20.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

#### • Clientes

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo, uma vez que a totalidade das transações da Companhia são realizadas com suas controladoras em conjunto.

#### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

21 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
responsabilidade civil				
seguro de vida	6.128			

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$1.320 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 2.100.

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral, estendida por Porto do Pecém Geração de Energia Ltda. e por Pecém II S.A., com o limite de R\$ 50.000.

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Carlos Eduardo Gonzalez Baldi**  
Presidente

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Carlos Eduardo Gonzalez Baldi**  
Diretor-Presidente

**James Petini Cambuhy**  
Diretor de Operação

**José Gleylson Fernandes Silva**  
Diretor Administrativo Financeiro

**CONTABILIDADE**

**Francisca Mônica dos Santos Gomes**  
Contadora - CRC-CE 10.182/O-0